

## **A Intersecção entre Gentrificação, Feminismo e Identidades LGBTQIA+**

### **Autoria**

EDUARDO EIDAM MILIAN - eduardoeidam@gmail.com

Planejamento e Governança Pública / UTFPR - Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Administração Autárquica / Instituto Politécnico de Bragança

### **Agradecimentos**

A UTFPR pela bolsa de estudos.

### **Resumo**

Gentrificação é um processo de segregação urbana que expulsa a população mais pobre dos centros da cidade para as margens. Em uma perspectiva interseccional com gênero, se observa como o comportamento patriarcal condiciona a existência das mulheres em todos os aspectos da sua vida. No encontro com questões LGBTQIA+, há um universo de relações ainda a ser explorado. O objetivo deste artigo é compreender as imbricadas relações de gênero e identidade com os efeitos da gentrificação. Conclui-se que ainda há uma persistência de pensamentos misóginos e preconceituosos, que controla as identidades a serem assimiladas pelo capital. Mesmo quando rompe algumas barreiras, a perspectiva do homem branco é sempre privilegiada. A partir dos resultados, sugere-se a implementação de políticas públicas voltadas para a redução dos efeitos perversos da gentrificação e a atribuição de uma perspectiva social na análise deste problema, diminuindo a força do mercado financeiro sob o Estado.

## A Intersecção entre Gentrificação, Feminismo e Identidades LGBTQIA+

**RESUMO:** Gentrificação é um processo de segregação urbana que expulsa a população mais pobre dos centros da cidade para as margens. Em uma perspectiva interseccional com gênero, se observa como o comportamento patriarcal condiciona a existência das mulheres em todos os aspectos da sua vida. No encontro com questões LGBTQIA+, há um universo de relações ainda a ser explorado. O objetivo deste artigo é compreender as imbricadas relações de gênero e identidade com os efeitos da gentrificação. Conclui-se que ainda há uma persistência de pensamentos misóginos e preconceituosos, que controla as identidades a serem assimiladas pelo capital. Mesmo quando rompe algumas barreiras, a perspectiva do homem branco é sempre privilegiada. A partir dos resultados, sugere-se a implementação de políticas públicas voltadas para a redução dos efeitos perversos da gentrificação e a atribuição de uma perspectiva social na análise deste problema, diminuindo a força do mercado financeiro sob o Estado.

**Palavras-chave:** Exclusão. Planejamento. Urbanismo. Identidade. Patriarcado.

### 1. Introdução

A gentrificação é um dos processos de segregação socioespacial mais observados por cientistas sociais em grandes metrópoles no mundo pós-globalizado. Seus efeitos já são conhecidos desde as últimas décadas do século passado (CAMERON, 1992) e seu corpo teórico é reforçado por estudos em todos os continentes (DIAZ, 2019; LEES; SLATER; WYLY, 2008; SALINAS ARREORTUA; SOTO DELGADO, 2019) e sob diferentes circunstâncias (BARATA-SALGUEIRO, 2017; LESTEGÁS; SEIXAS; LOIS-GONZÁLEZ, 2019; SCHULMAN, 2012).

No Brasil, esse é um tema com crescente relevância, tendo pesquisas direcionadas às metrópoles de Curitiba (VIANA, 2017), São Paulo (LAURIANO, 2013; VILLAÇA, 2011), Salvador (BARROS; PUGLIESE, 2005), Belo Horizonte (DINIZ; SILVA, 2019) e na região amazônica (GUIMARÃES, 2021), entre tantas outras. É importante, porém, ressaltar que muitas vezes esse fenômeno se confunde com outros processos urbanos – com efeitos igualmente perversos – tais como financeirização (ROLNIK, 2015), higienismo, turistificação (BARATA-SALGUEIRO, 2017; BARBOSA; LOPES, 2019), metropolização (SILVA, 2013) e favelização (FURTADO; KRAUSE; FRANÇA, 2013).

Significativamente, encontrou-se que as novas configurações do uso do solo urbano são atravessadas pelo capitalismo e absorvidas em um processo cultural, simbólico e político, como observa Bidou-Zachariassen (2006). A financeirização da habitação torna essa *commodity* interessante para o mercado especulativo, que incentiva a “reabilitação”, “revitalização”, “requalificação” de áreas outrora degredadas dos centros urbanos.

Ainda sobre o mesmo pressuposto, Lefebvre (1968), inspirado na filosofia marxista, compreende que se o indivíduo produz a cidade, então ele tem direito de usufruir dela. Mais tarde, questiona Harvey (2012) se não há uma certa ingenuidade em desconsiderar que a efetivação do direito à cidade é mais restrita para uns do que para outros, destacando um recorte de classe nesse questionamento (FALÚ, 2020).

Porém, ainda persiste uma lacuna em relação a repercussão da gentrificação na população LGBTQIA+. Se Castells (1983) já foi capaz de compreender a formação do bairro Castro em São Francisco (EUA) como uma base territorial de suporte, organização política e identidade subcultural, especialmente de homens cis gays brancos, pouco se analisou desde então em relação a outras identidades constantes na sigla.

Relativamente aos grupos LGBTQIA+ marginalizados, é possível observar a concentração de pessoas em núcleos urbanos mais vulneráveis e carenciados de infraestrutura e segurança. A partir do exílio do seio familiar e das suas cidades de origem, esses indivíduos se condensam em grandes centros urbanos buscando segurança e liberdade, características esperadas de cidades desenvolvidas e progressistas (Irazábal & Huerta, 2016).

Mesmo dentro dos grupos marginalizados da sigla existem marcadores sociais que se interseccionam, determinando como as experiências e opressões variam em função de raça/etnia, sexo, gênero, sexualidade, classe social, entre outros. A interseccionalidade conforma e complica as condições de discriminação e estabelece relações de poder e privilégio (Brown 2012; Carbado et al. 2013). Para mulheres cis lésbicas brancas, mesmo em posição de privilégio em relação a outras identidades, a dominação do patriarcado e do machismo estrutural limitaram seu acesso a cidade, impossibilitando o estabelecimento de bares para mulheres lésbicas na mesma proporção do quantitativo de bares para homens gays, por exemplo (BURCHIELLARO, 2021).

Desta forma a imbricada relação entre o planejamento urbano e as identidades plurais passa a interessar a pesquisa acadêmica (Doan & Higgins, 2011). A produção do espaço urbano outrora dominada pelo pensamento heteronormativo começa a acolher necessidades de grupos sem voz e/ou que viviam à margem da sociedade. A população *queer* por muito tempo sufocada pelo pensamento (neo)liberal exige um lugar à mesa para discutir como o espaço da cidade pode ser seguro e acolhedor para todos.

Diante disso, esta investigação busca compreender como a gentrificação implica nas identidades LGBTQIA+, especialmente de mulheres, conformando sua relação com a cidade. Para tanto, busca-se definir conceitos, observar a evolução das perspectivas de gênero, sexo e sexualidade para sugerir caminhos possíveis para minimizar os impactos da gentrificação nos grupos vulneráveis.

A contribuição prática dessa investigação é a agregação do conhecimento a respeito da relação entre gentrificação e a comunidade LGBTQIA+ que possibilita, às instituições, governos e tomadores de decisão, a observação destes aspectos para a criação de políticas públicas que minimizem as consequências da gentrificação para indivíduos LGBTQIA+ vulneráveis. Do ponto de vista teórico, essa investigação contribui para a formação de um arcabouço teórico que busca ajudar a preencher a lacuna persistente no assunto e pode despertar o interesse de novos pesquisadores em aprofundar a discussão.

Este é um artigo teórico que se debruça na investigação da relação entre identidades, interseccionalidades, institucionalidades e a cidade. Para alcançar os objetivos, se divide da seguinte forma: esta seção introdutória (1) que apresenta a atualidade e urgência do tema; o Referencial Teórico (2) que aborda a produção acadêmica e científica relevante para a análise proposta; a Conclusão (3) que apresenta a evolução do conhecimento a partir das inferências tratadas no artigo e as Referências, que fazem a completa atribuição de autoria aos investigadores que tornaram este trabalho possível.

## 2. Gentrificação

O conceito de gentrificação tem sua origem no contexto urbano de Londres, cunhado pela socióloga Ruth Glass, em 1964 na obra *London: aspects of change*, para descrever um processo sistemático de reestruturação urbana marcada pela substituição de um estrato social de baixa renda por outro de classe média ou alta (GLASS, 1964). O termo gentrificação, em inglês (britânico) *gentrification*, deriva da palavra *gentry*, ou nobreza, indicando a tendência de “enobrecimento” de uma área ou região (MENDOZA, 2016).

Àquele momento, Glass referia-se, portanto, ao processo singular que ocorria nos bairros operários londrinos de reforma e “atualização” das residências que, sistematicamente,

deslocava a classe trabalhadora (SOLOMON, 2013). Para Smith (2006), Ruth Glass considerava que a gentrificação era apenas uma “curiosidade marginal” do mercado imobiliário londrino, onde as classes médias evoluídas não demonstravam temor em conviver com as massas populares no fim do século XX.

Bosswick *et al.* (2007) consideram que gentrificação é um processo no qual bairros deteriorados fisicamente experimentam um aumento no valor de aquisição e aluguel, como consequência, direta ou indireta, da renovação do parque habitacional. Esse fenômeno é acompanhado do deslocamento dos residentes de baixa renda que não conseguem mais arcar com os custos de moradia (BOSSWICK; LÜKEN-KLASSEN; HECKMANN, 2007). Van Criekingem (2006) descreve as dinâmicas de gentrificação como os processos em que uma população pobre vivendo em um bairro degradado é substituída por um contingente mais abastado. Essa substituição é acompanhada da valorização do ambiente construído por parte de investimentos públicos e privados (VAN CRIEKINGEN, 2016).

A gentrificação é um dos processos de segregação socioespacial mais observados por cientistas sociais em grandes metrópoles no mundo pós-globalizado. Seus efeitos já são conhecidos desde as últimas décadas do século passado (CAMERON, 1992) e seu corpo teórico é reforçado por estudos em todos os continentes (DIAZ, 2019; LEES; SLATER; WYLY, 2008; SALINAS ARREORTUA; SOTO DELGADO, 2019) e sob diferentes circunstâncias (BARATA-SALGUEIRO, 2017; LESTEGÁS; SEIXAS; LOIS-GONZÁLEZ, 2019; SCHULMAN, 2012).

No Brasil, esse é um tema com crescente relevância, tendo pesquisas direcionadas às metrópoles de Curitiba (VIANA, 2017), São Paulo (LAURIANO, 2013; VILLAÇA, 2011), Salvador (BARROS; PUGLIESE, 2005), Belo Horizonte (DINIZ; SILVA, 2019) e na região amazônica (GUIMARÃES, 2021), entre tantas outras. É importante, porém, ressaltar que muitas vezes esse fenômeno se confunde com outros processos urbanos – com efeitos igualmente perversos – tais como financeirização (ROLNIK, 2015), higienismo, turistificação (BARATA-SALGUEIRO, 2017; BARBOSA; LOPES, 2019), metropolização (SILVA, 2013) e favelização (FURTADO; KRAUSE; FRANÇA, 2013). Mesmo que se cruzem e suas fronteiras não sejam claras, é importante tratar como igual aquilo que é igual e diferente aquilo que é diferente para garantir a sustentação deste campo teórico.

A gentrificação se consolida, conforme conceitualiza Smith (2006), principalmente em 3 fases: a primeira, relativa aos estudos de Glass (1964), é esporádica, com pouca interferência do Estado e do mercado financeiro, impulsionada principalmente pela classe média; a segunda, é a fase onde os efeitos já são claramente observáveis, com um novo fluxo de investimentos do Estado para o centro da cidade e o mercado financeiro se beneficia do *rent gap*; a terceira fase é a descrita por Bidou-Zachariasen (2006) como a gentrificação generalizada e para Lees, Shin, López-Morales (2016), “gentrificação planetária” e descreve a expansão dos fluxos financeiros, o *real estate* negociado a nível global, a dispersão geográfica e a transformação dos Estados da gentrificação em uma política pública neoliberal (revitalização urbana, por exemplo) (BIDOU-ZACHARIASEN, 2006; GLASS, 1964; LEES; SHIN; LÓPEZ-MORALES, 2016; SMITH, 2006).

Entre suas características marcantes, esse processo assume o papel de legitimação do poder instituído, mobiliza grande volume de investimento do Estado, desvirtua o papel social dos governos e financia atividades predatórias e especulativas (MENDES, 2017). Crestani (2015) inclui ainda a participação da mídia, principalmente na difusão de narrativas que envolvem uma urgente e necessária renovação, requalificação, recuperação ou reabilitação urbana, na construção de uma agenda que coloca em evidência uma pauta neoliberal para a opinião pública.

### 3. Feminismo e igualdade de gênero no espaço urbano

Monique Wittig (1935-2003) postulou que “a categoria do sexo é a categoria política que funda a sociedade heterossexual”. Portanto, não existe tal coisa como mulher. A força do patriarcado determina comportamentos, interesses e habilidades em uma identidade definida e padronizada, em um estado permanente de submissão a um igualmente paralisado conceito de homem (BUTLER, 1990).

Da mesma forma, por muito tempo a crítica ao patriarcado se conformou de forma linear e eurocêntrica, pautado quase que exclusivamente por uma forma de saber acadêmico e excludente, não reconhecendo problemáticas de gênero distintas em função de raça e localização geográfica, por exemplo (CURIEL, 2009). Nos debates contemporâneos, o debate feminista se amplia e passa a agregar a pluralidade de corpos femininos e suas subjetividades, ressaltando a transversalidade com questões sociais, ambientais, políticas, culturais e raciais.

As teorias pós-estruturalistas, como a de Butler, repercutem e se integram ao corpo teórico feminista ao reconhecer que o sistema binário sexo (biológico)/gênero (cultural) é incapaz de compreender todas as especificidades do *feminino* e da *mulher*. Nessa nova racionalidade o sexo é produzido pelo gênero, que é performático, múltiplo e se associa a marcadores de classe, etnia e geração (MEURER; STREY, 2012).

O papel social definido em feminino modela os corpos biológicos, por meio de representações de gênero que são absorvidos pelo capitalismo para a reprodução das desigualdades de gênero (MEURER; STREY, 2012). Desta forma, a rigidez e a especificidade do comportamento esperado configuram uma rotina extenuante para os corpos femininos, em um *continuum* determinado ao nascimento. Ao amparo da vertente pós-estruturalista, é possível também observar e analisar as microagressões decorrentes de processos de embelezamento, feminilização e padronização, os quais determinam corpos melhores, “de verdade” (JESUS, 2018).

Os papéis de gênero supracitados foram responsáveis por aprisionar homens e mulheres em padrões esperados de comportamento e interação social. Essa condição passa a ser questionada com o advento dos movimentos feministas e *gays* (à época, hoje mais plurais) e os papéis tradicionais se transformaram, ressaltando a necessidade de desnaturalizar as diferenças sexuais e sociais (MEURER; STREY, 2012).

Adentrando à esfera pública, Parsons (2007) fundamenta com base no movimento feminista, aliás, uma crítica ao modo masculinista de se pensar o binômio público/privado. Para o movimento, e reforçado pelo autor, a dicotomia entre público e privado mascara a submissão das mulheres e reverbera as relações patriarcais e de classe (FALÚ, 2020; PARSONS, 2007). Federici (2017) trata desta dicotomia como “a domesticação das mulheres” e revela que a caça às bruxas foi utilizada como ferramenta de supressão de revoltas e controle de proletariado, além, obviamente, de ser um instrumento misógino de subordinação da mulher, obrigando-a a permanecer sobre a tutela do homem no ambiente doméstico (FEDERICI, 2017).

Falú (2020, p.22) aborda essa temática ao apontar que os problemas mais críticos da vida das mulheres na cidade tem origem nos “poderes imbricados do neoliberalismo” e do “patriarcado xenófobo, racista e colonialista”. Ou seja, o patriarcado não se limita a interferir na vida das mulheres, mas determina como o poder do capital pode ser exercido sob outros tantos aspectos da vida dos indivíduos.

Para as mulheres da América Latina, a situação é especialmente complicada, considerando os poderes do neoliberalismo e patriarcado supracitados. Além disso, a região possui os maiores índices de urbanização do sul global (SALINAS ARREORTUA; SOTO DELGADO, 2021), ao passo que essas são cidades fragmentadas e desiguais, proliferadoras de vulnerabilidade, especialmente para mulheres em maior pobreza (FALÚ, 2020).

Czytajlo (2017) ao analisar dados da CEPAL (2016) identifica que a matriz da desigualdade da América Latina tem como determinante primário a desigualdade social, mas é

condicionada por questões de gênero, etnia/raça, fase no ciclo de vida e posição no território que se cruzam e se potencializam. Portanto, é indispensável propor uma análise que relacione raça, sexo, sexualidade, gênero, etnia/raça e de que forma tais marcadores criam uma sociedade de casta baseada em marcadores, que condicionam os níveis de opressão e preconceito ou privilégio e poder (BROWN, 2012; CARBADO *et al.*, 2013; CZYTAJLO, 2017).

#### 4. LGBTQIA+ nos espaços urbanos

Muitos trabalhos atuais já são capazes de compreender os efeitos perversos do estigma para a segregação socioespacial (DUARTE, 2018; LEES; SLATER; WYLY, 2008; SPRUCE, 2020), mas ainda pouco é teorizado sobre as consequências para pessoas LGBTQIA+ (IRAZÁBAL; HUERTA, 2016; SPRUCE, 2020). Ainda que em um contexto neoliberal homens gays brancos são assimilados pelo *mainstream* e podem usufruir do acesso a espaços outrora restritos, pois são reconhecidos como produtivos e bem sucedidos, para a imensa maioria de identidades as dificuldades se acumulam (KINAHAN; RUTHER, 2020; MOUSSAWI, 2018; SPRUCE, 2020).

A formação de *guetos*, bairros, vilas e “zonas de tolerância” foi uma alternativa para a marginalização e estigma, principalmente em cidades europeias e estadunidenses (COSTA; PIRES, 2019; HEATH, 2018). Tais conjuntos representam não só uma força política de afirmação, como são espaços seguros para o exercício de sua cultura, estilo de vida, trajetória e identidades (COSTA; PIRES, 2019; YUE; LEUNG, 2017). Além disso, esses espaços carregam especificidades, como a atração dos indivíduos a partir de aspectos geográficos, arquitetônicos e históricos (COSTA; PIRES, 2019; DRUSHEL, 2019).

Essas áreas passam a ser reconhecidas como espaços de abertura, aceitação, diversidade e tolerância (YUE; LEUNG, 2017); tornam-se atrativas e receptivas para heterossexuais, novos casais e jovens progressistas (DRUSHEL, 2019; HEATH, 2018; KINAHAN; RUTHER, 2020). Tais indivíduos buscam essas áreas pelos motivos supracitados e desejam adotar um estilo de vida alternativo ao *mainstream*. Em um fluxo contínuo, a área passa a ser atrativa para mais pessoas e, desta forma, para o *real estate*, pois a presença de casais homossexuais é um indicador de sucesso econômico futuro de uma área (SPRING; CHARLESTON, 2021)

Cabe pontuar que os anos 1960 e 1970 foram décadas de surgimento e consolidação da revolução sexual. As décadas que se seguiram, pelo contrário, foram especialmente trágicas para a comunidade LGBTQIA+ com o advento do HIV/AIDS. Foram anos de estigma, intolerância e “volta ao armário”. Aqueles que puderam, esconderam sua identidade e se camuflaram na multidão. Iniciou-se um movimento de êxodo destes bairros (DRUSHEL, 2019; SPRING; CHARLESTON, 2021), que se manteve na virada do século com a diminuição do estigma pela chegada do tratamento e diminuição do preconceito (visibilidade, aceitação e assimilação) e se intensificou com a possibilidade de casamento e adoção (KINAHAN; RUTHER, 2020), levando casais para outras áreas mais pacatas da cidade (DRUSHEL, 2019; HEATH, 2018; KINAHAN; RUTHER, 2020; SPRING; CHARLESTON, 2021).

Esse movimento, entretanto, não foi possível para todos. Aqueles que não conseguiram se camuflar, que a identidade era tão latente e de difícil assimilação pelo neoliberalismo crescente precisaram se manter em zonas degradadas (DRUSHEL, 2019; MATTHEWS; POYNER, 2019). Nos dois caminhos, a gentrificação deixou sua marca: por um lado, indivíduos LGBTQIA+ foram instrumentalizados pelo patriarcado e mercado financeiro para valorização de uma área específica da cidade (SPRING; CHARLESTON, 2021); por outro lado, outra parcela da comunidade foi engolida e expelida pela gentrificação para as margens das cidades e, possivelmente, marcadores raciais, econômicos e de identidade *queer* (WELZER-LANG, 2001) afetaram a disponibilidade de renda e a incapacidade de arcar com os custos galopantes da área (DRUSHEL, 2019; SPRING; CHARLESTON, 2021). A modificação da

estrutura social induziu ao fechamento de bares e estabelecimento tradicionais, encerrando a trajetória que um dia inicialmente atraiu novos moradores (HEATH, 2018; KINAHAN; RUTHER, 2020).

Analisando outros contextos, onde não foi comum a formação deste tipo de comunidade, os constrangimentos para a população LGBTQIA+ parecem mais evidentes. No Brasil, as experiências de vida de mulheres trans e travestis foram resumidas, por muito tempo, à prostituição. A prostituição tem uma estreita relação com a contravenção, vida noturna, áreas degradadas, ilegalidade, marginalização, estigma e tantos outros marcadores que diferenciam e condicionam a vida destas mulheres e sua relação com o espaço urbano (WELZER-LANG, 2001). Geograficamente localizadas nos centros urbanos deteriorados, mulheres trans e travestis são vítimas comuns do processo de gentrificação, que inviabiliza a única atividade econômica remanescente para elas, enquanto corrói o poder de compra – expulsando-as para às margens (ANGOTTI; IRAZÁBAL, 2017; DUARTE, 2018; KOPPER; RICHMOND, 2021; MATTHEWS; POYNER, 2019).

Problemáticas semelhantes são experienciadas pelos corpos abjetos, “indignos de amor”, invisíveis para o mundo, indeterminados, pessoas com deficiência, pretos, favelados etc. (NAGLE, 2021). A cidade é injusta e, para aqueles que acumulam um, dois, três, quatro marcadores sociais, ela é insuportável. Viver onde resta, de resto, de sobras e sombras. É engolir a seco para não ser engolido. O *queer* é essa essência questionadora, que não se encaixa em binarismos de gênero, não se limita ao heterossexismo (WELZER-LANG, 2001); é esse que o mercado não se atrai, mas se preocupa. É o som que ecoa mesmo quando não fala nada.

## 5. Gentrificação, feminismo e corpos LGBTQIA+

Dentre os aspectos que caracterizam a gentrificação generalizada, Smith (2006) destaca o imperativo de uma segregação setorial, observando como as relações de poder e privilégio delimitam a posição geográfica do indivíduo na cidade. Assim, importa saber como a gentrificação impacta indivíduos LGBTQIA+ frente às restrições de acesso a aluguéis e aquisições; na discriminação e insegurança em certas áreas, nas relações familiares estabelecidas e ainda na relação com o espaço, na preferência pelo modo de vida noturno e nas interações com o grupo.

Ainda que observada como um todo, é oportuno considerar que a sigla LGBTQIA+ é ampla e diversa, acolhendo identidades singulares de raça, gênero, sexo, sexualidade e classe social. Portanto, suas aspirações, desejos e limitações com a cidade são múltiplos e diferenciados, não podendo ser resumidos a uma solução simples e definitiva (GARCÍA, 2020). Ainda assim, é comum que as generalizações sobre LGBTQIA+ representem a perspectiva de homens gays brancos (IRAZÁBAL; HUERTA, 2016).

Percorrendo toda a produção de Gerda Lerner, Adrienne Rich, Monique Wittig e Judith Butler sobre gênero e sexo (BUTLER, 2012; BUTLER; ATHANASIOU, 2013), é possível capturar indícios de como, por exemplo, para mulheres lésbicas a socialização na cidade é mais restrita do que para homens gays (FEDERICI, 2017), em função da força do patriarcado que restringia a mulher ao lar. Da mesma forma homens gays brancos são mais facilmente cooptados pelo capitalismo do que *queers*, travestis e outras identidades menos assimiláveis pela heteronormatividade padronizada, os corpos abjetos (IRAZÁBAL; HUERTA, 2016; KAMPLER; CONNELL, 2018; MOUSSAWI, 2018).

Como lembra Falú (2020), ao citar o manifesto da Articulación Feminista Marcosul, o patriarcado, o racismo e o colonialismo se entrelaçam gerando desigualdade, misoginia, lesbofobia, entre inúmeros outros efeitos perversos. É nesse sentido que Irazábal e Huerta (2016) consideram que estudos de gênero e planejamento urbano devem convergir, para repensar o conceito de inclusão na perspectiva de equidade.

As instituições e estruturas continuam moldadas para observar um padrão heteronormativo patriarcal de enxergar o mundo. Além disso, se chocam com as necessidades dos cidadãos quando priorizam um modelo neoliberal de reprodução do capital e acumulação. Como destaca Falú (2020), o valor de troca predomina e fragmenta a vida cotidiana de mulheres, travestis e outras minorias (que na verdade são maioria numérica), portanto é fundamental incluir no planejamento os sujeitos até então omitidos. Por fim, retomando a observação de Czytajlo (2017), o planejamento urbano precisa reconhecer as condições que interseccionam a pobreza, pois este não é um fenômeno isolado, mas a soma dos efeitos perversos do neoliberalismo, colonialismo e patriarcado.

## Referências

- ANGOTTI, T.; IRAZÁBAL, C. Planning Latin American Cities: Dependencies and “Best Practices”. **Latin American Perspectives**, [s. l.], v. 44, n. 213, p. 4–17, 2017.
- BARATA-SALGUEIRO, T. Alojamentos turísticos em Lisboa. **Scripta Nova**, [s. l.], v. 21, 2017.
- BARBOSA, I.; LOPES, J. T. Descodificar as paredes da cidade: da crítica à gentrificação ao direito da habitação no Porto. **Sociologia : Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto**, [s. l.], v. XXXVIII, p. 6–29, 2019.
- BARROS, J. N.; PUGLIESE, V. S. Desapropriação das memórias indesejáveis: opressão e resistência no centro histórico de Salvador. **Revista da Faculdade de Direito UFPR**, [s. l.], v. 43, p. 17, 2005.
- BOSSWICK, W.; LÜKEN-KLASSEN, D.; HECKMANN, F. **Housing and integration of migrants in Europe**. Dublin: European Foundation for the Improvement of Living and Working Conditions, 2007.
- BROWN, G. Homonormativity: A Metropolitan Concept that Denigrates “Ordinary” Gay Lives. **Journal of Homosexuality**, [s. l.], v. 59, n. 7, p. 1065–1072, 2012.
- CAMERON, S. Housing, Gentrification and Urban Regeneration Policies. [s. l.], v. 29, n. 1, p. 3–14, 1992.
- CARBADO, D. W. *et al.* Intersectionality: Mapping the movements of a theory. **Du Bois Review**, [s. l.], v. 10, n. 2, p. 303–312, 2013.
- COSTA, P.; PIRES, P. Entre “guetos”, “espaços seguros” e “gaytrificação”: Explorando as especificidades dos bairros LGBT na Europa do Sul. **CIDADES, Comunidades e Territórios**, [s. l.], v. 39, n. 39, p. 41–54, 2019.
- CURIE, O. Descolonizando el feminismo: Una perspectiva desde América Latina y el Caribe. **Primer Coloquio Latinoamericano sobre Praxis y Pensamiento Feminista**, Buenos Aires, Argentina, 2019.
- CZYTAJLO, N. Desigualdades socio-territoriales y de género en espacios metropolitanos: El Sistema Metropolitano de Tucumán (2001-2010). **Bitacora Urbano Territorial**, [s. l.], v. 27, n. 3, p. 121–134, 2017.
- DIAZ, M. Políticas habitacionales y urbanismo neoliberal: la intervención estatal en la Villa 20, Argentina (1984-2018). **Revista de Urbanismo**, [s. l.], n. 40, p. 1–19, 2019.
- DRUSHEL, B. E. The Evolution Will Not Be Broadcast (or Published): Social Capital,



Assimilation, and the Changing Queer Community. **Journal of Homosexuality**, [s. l.], v. 66, n. 12, p. 1756–1768, 2019. Available at:

DUARTE, A. de S. A Casa 1 e a resistência à gentrificação em São Paulo. **Seminário Internacional Gentrificação: medir, prevenir, enfrentar**, [s. l.], n. December, p. 1–12, 2018.

FALÚ, A. La vida de las mujeres en confinamiento em las ciudades fragmentadas. Un analisis feminista de los temas criticos. **astrolabio**, [s. l.], p. 24, 2020.

FEDERICI, S. **Calibã e a Bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. São Paulo: Elefante Editora, 2017.

FURTADO, B. A.; KRAUSE, C.; FRANÇA, K. C. B. de. **Território metropolitano, políticas municipais: por soluções conjuntas de problemas urbanos no âmbito metropolitano**. Brasília: IPEA, 2013. *E-book*.

GARCÍA, J. I. L. La conquista de la Glorieta de Insurgentes de la Ciudad de México: Lo abyecto en los procesos de gentrificación. **Mexican Studies - Estudios Mexicanos**, [s. l.], v. 36, n. 1–2, p. 192–215, 2020. Available at:

HEATH, T. Neoliberalism, politics and resistance: Queer film festivals and the fight against urban erasure. **Altre Modernita**, [s. l.], v. 2018, n. 20, p. 118–135, 2018.

IRAZÁBAL, C.; HUERTA, C. Intersectionality and planning at the margins: LGBTQ youth of color in New York. **Gender, Place and Culture**, [s. l.], v. 23, n. 5, p. 714–732, 2016. Available at: <https://doi.org/10.1080/0966369X.2015.1058755>

KAMPLER, B.; CONNELL, C. The post-gay debates: Competing visions of the future of homosexualities. **Sociology Compass**, [s. l.], v. 12, n. 12, p. 1–12, 2018.

KINAHAN, K. L.; RUTHER, M. H. Uncovering the Relationship Between Historic Districts and Same-Sex Households. **Journal of the American Planning Association**, [s. l.], v. 86, n. 4, p. 481–494, 2020.

KOPPER, M.; RICHMOND, M. A. Housing Movements and the Politics of Worthiness in São Paulo. **Journal of Latin American and Caribbean Anthropology**, [s. l.], v. 26, n. 2, p. 276–296, 2021. Available at: <https://doi.org/10.1111/jlca.12533>

LAURIANO, W. **Gentrificação: Estratégias de enobrecimento do solo urbano. Dos tijolos de barro no subúrbio paulistano aos blocos de Brasília**. 152 f. 2013. - Universidade de Brasília, [s. l.], 2013.

LEES, L.; SHIN, H. B.; LÓPEZ-MORALES, E. **Planetary Gentrification**. Malden: Polity Press, 2016.

LEES, L.; SLATER, T.; WYLY, E. **Gentrification**. New York: Routledge, 2008. *E-book*.

LESTEGÁS, I.; SEIXAS, J.; LOIS-GONZÁLEZ, R. C. Commodifying Lisbon: A study on the spatial concentration of short-term rentals. **Social Sciences**, [s. l.], v. 8, n. 2, 2019. Available at: <https://doi.org/10.3390/socsci8020033>

MATTHEWS, P.; POYNER, C. The experience of living in deprived neighbourhoods for LGBT+ people: Making home in difficult circumstances. **Environment and Planning A**, [s. l.], v. 51, n. 7, p. 1499–1515, 2019.

MENDOZA, F. R. La gentrificación en los estudios urbanos: una exploración sobre la producción académica de las ciudades. **Cadernos Metrópole**, [s. l.], v. 18, n. 37, p. 697–719,

2016. Available at: <https://doi.org/10.1590/2236-9996.2016-3704>

MEURER, B.; STREY, M. N. Problematizando as práticas psicológicas no modo de compreender o fenômeno assédio moral. **Psicologia: Ciência e Profissão**, [s. l.], v. 32, n. 2, p. 452–471, 2012.

MOUSSAWI, G. Queer exceptionalism and exclusion: Cosmopolitanism and inequalities in ‘gay-friendly’ Beirut. **The Sociological Review** 66(1): 174–190, 2018

NAGLE, J. ‘Where the state freaks out’: Gentrification, Queerspaces and activism in postwar Beirut, 2021.

PARSONS, W. **Políticas Públicas: Una introducción a la teoría y la práctica del análisis de políticas públicas**. [S. l.]: FLACSO México, 2007.

ROLNIK, R. Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças [War of places: The colonization of land and of housing in the era of finances]. **Boitempo**, [s. l.], p. 423, 2015.

SALINAS ARREORTUA, L. A.; SOTO DELGADO, L. El consenso en la ciudad post-política. Empresas inmobiliarias y gobiernos locales en la construcción masiva de vivienda en la periferia de la Ciudad de México. **Revista de Urbanismo**, [s. l.], n. 45, p. 108–124, 2021. Available at: <https://doi.org/10.5354/0717-5051.2021.58520>

SALINAS ARREORTUA, L. A.; SOTO DELGADO, L. Política de Vivienda en México: entre la expansión y el retorno al centro. **Investigaciones Geográficas**, [s. l.], n. 99, p. 17, 2019. Available at: <https://doi.org/10.14350/rig.59751>

SCHULMAN, S. **The Gentrification of the Mind: Witness to a Lost Imagination**. Berkeley: University of California Press, 2012.

SILVA, M. N. da. Espaços informais de moradia e metropolização em Curitiba a partir da década de 1990: novas relações centro-periferia e reestruturação do espaço. **Anais Encontros Nacionais da Anpur**, [s. l.], v. 15, p. 1–20, 2013.

SOLOMON, J. **Music Scene Gentrification in the Lower East Side and Williamsburg**. [S. l.: s. n.], 2013. Available at:

SPRING, A.; CHARLESTON, K. **Gentrification and the Shifting Geography of Male Same-Sex Couples**. [S. l.]: Springer Netherlands, 2021. ISSN 15737829.

SPRUCE, E. LGBTQ situated memory, place-making and the sexual politics of gentrification. **Environment and Planning D: Society and Space**, [s. l.], v. 38, n. 5, p. 961–978, 2020. Available at: <https://doi.org/10.1177/0263775820934819>

VIANA, G. D. dos S. **Processos de Gentrificação**. 2017. - Universidade de São Paulo, [s. l.], 2017.

VILLAÇA, F. São Paulo: segregação urbana e desigualdade. **Estudos Avançados**, [s. l.], v. 25, n. 71, p. 37–58, 2011.

WELZER-LANG, D. A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia. **Revista Estudos Feministas**, [s. l.], v. 9, n. 2, p. 460–482, 2001.

YUE, A.; LEUNG, H. H. S. Notes towards the queer Asian city: Singapore and Hong Kong. **Urban Studies**, [s. l.], v. 54, n. 3, p. 747–764, 2017.